

II PARTE  
A ARQUEOLOGIA DE MINAS GERAIS

## Considerações Gerais sobre a Arqueologia de Minas

ANDRÉ PROUS

Desde o início do século XIX, naturalistas e amadores assinalaram a existência de sítios arqueológicos no Estado de Minas Gerais. Na primeira metade do século XX, pesquisadores do Museu Nacional e diversos cientistas, oriundos de diversas áreas (geólogos, engenheiros, etc.), continuaram prospectando os sítios do centro mineiro, particularmente na região de Lagoa Santa.

No fim deste período, várias personalidades da Academia Brasileira de Ciências mantiveram a tradição iniciada por Lund, sendo que seus achados originaram a formação de uma Missão Arqueológica Americano-Brasileira. Até então, toda a problemática da pesquisa no Estado ficou ligada à antigüidade do homem nos abrigos de Lagoa Santa.

Uma nova fase iria ter início a partir de 1968, quando o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) desenvolveu pesquisas de prospecção nos vales dos rios Grande e Sapucaí, próximo ao Estado de São Paulo. Estes trabalhos, realizados no quadro do Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA, ver relatórios nº 4 e 5, assinados por O. Dias Jr.), permitiram definir várias fases cerâmicas na região.

Depois do fim do PRONAPA (1971), o Instituto de Arqueologia Brasileira iniciou um programa, a longo prazo, de prospecções nos vales do Rio São Francisco e Rio Preto, onde vem realizando, nos últimos anos, importantes escavações. Os trabalhos do IAB foram inicialmente orientados para a prospecção de sítios cerâmicos a céu aberto mas, nos últimos anos, vêm sendo reorientados para escavações de sítios sob abrigos e levantamentos de Arte Rupestre. (Bibl: Dias Jr.; Dias e Carvalho; Dias, Chehuiche e Carvalho; Calazans Rodrigues; Seda).

Em 1971 tiveram também início os trabalhos da Missão Arqueológica franco-brasileira que, inicialmente, ainda destinada a trabalhar somente na região de Lagoa Santa, acabou estendendo suas atividades até a Serra do Cipó e o norte mineiro (Montalvânia), sob a coordenação científica de A. Laming-Emperaire e sob responsabilidade de M. Beltrão, do Museu Nacional. Não se limitou a prospectar e escavar sítios de abrigos, mas iniciou um ambicioso programa de estudos da Arte Rupestre mineira.

A partir de 1976, pesquisadores mineiros participaram da Missão, depois da criação do Setor de Arqueologia da UFMG.

Em 1976/1978, os arqueólogos canadenses A. Bryan e R. Gruhn iniciaram, em colaboração com o mesmo Setor de Arqueologia e com membros do Centro de Pesquisas Geológicas (CPG), prospecções na região de Januária, Montes Claros e Jequitaiá, que culminaram com uma escavação em Montes Claros, realizada em colaboração entre a UFMG e a Universidade de Alberta (Canadá).

Enquanto isto, a Missão franco-brasileira, representada nestes trabalhos por franceses e membros da UFMG, iniciaram em 1976 prospecções no Município de Montalvânia (sítios de arte rupestre), que prosseguiram em 1977, ano no qual foram realizadas importantes escavações no sítio do Dragão e sondagens na "Lapa do Poseidon".

Nos anos seguintes o Setor de Arqueologia da UFMG efetuou várias prospecções na região de Januária (sítios do Fabião), iniciando-se em 1981, um programa de escavações e levantamento de arte rupestre, que deve durar mais de 5 anos.

Outras prospecções da UFMG foram realizadas na Serra do Cabral e no Alto Jequitinhonha. Uma organização de estudantes e ex-estudantes da UFMG, o CPG, vem realizando, desde 1978, importantes prospecções na região de Jequitaiá (Curral de Pedra) e da Serra do Cabral. Estes trabalhos costumam ser realizados em colaboração com entidades oficiais (UFMG, CETEC, COPAM) e levaram, entre outros resultados, à criação de uma Reserva Natural no Município de Jequitaiá. (Bibl: Relatórios do CPG sobre Curral de Pedra).

Desde 1977, com finalidades de registro e preservação, o CETEC vem desenvolvendo prospecções, voltadas para a localização de sítios rupestres, no Vale do Jequitinhonha (1980). Existem, ainda, projetos de pesquisas arqueológicas no Vale do Rio São Francisco, pelo Museu Nacional.

As outras atividades efetuadas no Estado não são do conhecimento dos autores. Existem trabalhos de simples divulgação realizados por pessoas dedicadas e, por vezes, interessadas na proteção dos sítios, assim como realização de escavações particulares que, desde a existência da Lei de 1961, são consideradas ilegais.

Sente-se a necessidade de um meio de atrair as pessoas interessadas para poder utilizá-las dentro de projetos de levantamento de informações e ajuda local à proteção aos sítios. A criação de uma Sociedade (SPP) em 1979 poderia ter sido uma oportunidade de unir profissionais e amadores esclarecidos, mas, infelizmente, parece ter falido.

#### **A localização dos sítios levantados**

Evidentemente, a situação da arqueologia no Estado de Minas Gerais explica a concentração dos sítios registrados em poucas regiões. O Es-

tado é ainda quase totalmente desconhecido arqueologicamente e sítios aparecem, logo que arqueólogos entram numa região. É freqüente o fato de se “descobrir”, na oportunidade de uma campanha de prospecção, uma média de dois sítios por dia. Na verdade, muitos destes já eram conhecidos pelos camponeses, mesmo que mal interpretados. Os sítios a céu aberto costumam aparecer depois de passado o arado, enquanto que qualquer abrigo natural, respondendo a um mínimo de pré-requisitos, revela-se um sítio pré-histórico e, muitas vezes, com grafismos rupestres.

Portanto, não se deve considerar que os municípios nos quais não há qualquer registro arqueológico sejam estéreis a respeito do longínquo passado do homem, sendo que ainda não foram visitados pelos prospectores.

Por outra parte, as características geológicas e naturais do Estado explicam sua riqueza em vestígios: o grande número de abrigos é relacionado com os relevos cársticos e de falha, comuns no Estado. Dentro destes abrigos, geralmente bem secos, conservam-se materias perecíveis, como ossos e tecidos vegetais, ausentes totalmente nos sítios a céu aberto. O Estado de Minas pode, portanto, trazer à arqueologia brasileira, informações sobre aspectos raramente conservados da pré-história. Alguns exemplos desta influência do meio ambiente, podem ser encontradas em PROUS 1978 (apresentação do Relator do Tema V do Simpósio...).

### Os Trabalhos Efetuados

Os trabalhos de interesse arqueológico podem ser agrupados em algumas categorias principais:

— O achado fortuito e a informação oral. É freqüente que um camponês ou pessoas interessadas de algum lugar do Estado notem a existência de vestígios arqueológicos (pinturas rupestres, cacos de cerâmica, instrumentos de pedra, ossos humanos) e os reconheçam como tais. A reação pode ser de destruição (ver § posterior) ou de informar às autoridades. Quando tais dados chegam aos centros de pesquisa, são normalmente registrados como informações orais, por vezes completadas por amostras de material, doadas pelos descobridores.

Indícios deste tipo, não verificados no local por equipes mais qualificadas, não foram registradas no presente relatório.

— A Prospecção envolve um grupo de pessoas com um mínimo de qualificação, que procura, sistematicamente, dentro de uma determinada região, localizar as ocorrências arqueológicas, coletando eventualmente amostras de material arqueológico espalhado na superfície dos sítios. Para cada jazida é preenchida uma ficha descritiva, podendo também haver documentação fotográfica. Em alguns casos, os grupos de prospecção devidamente autorizados podem realizar rápidas sondagens.

Com base em tais prospeções são feitos os relatórios de prospeção, e as fichas de sítios e registros de pesquisa arqueológica são periodicamente enviados para a SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

— A Sondagem corresponde a uma pequena escavação estatigráfica para testar o sedimento do sítio e coletar uma amostra do material conservado nos diversos níveis, permitindo uma avaliação da evolução da ocupação humana e, eventualmente a datação das suas etapas, determinando-se se o sítio irá merecer trabalhos mais amplos. Uma sondagem é normalmente limitada a uma superfície, incluída entre 1/2 e 4 m<sup>2</sup> sendo 1 m<sup>2</sup> o “teste” normal.

Este tipo de trabalho é vedado por Lei a qualquer pessoa não credenciada. A escavação de grande superfície corresponde a trabalhos muito complexos e demorados, visando reconstituições paleoetnográficas e paleoambientais. Somente podem ser realizadas sob a responsabilidade de arqueólogos profissionais de bastante experiência, já que qualquer escavação, realizada através da retirada progressiva do sedimento, destrói o objeto do seu estudo: o sítio arqueológico. Portanto, um erro na metodologia utilizada significa perda irreparável das informações contidas no sedimento.

— Os levantamentos superficiais de arte rupestre sob a forma de prospeções podem ser realizados por quaisquer pessoas, conquanto não envolvam manipulação das paredes, não se toque nas representações gráficas, e não se modifique o ambiente natural (ver *infra* os perigos de destruição da arte rupestre).

— Os estudos mais sistemáticos envolvem eventualmente, escavações combinadas, decalque ou molde do paredão e coleta de amostras, devendo ser realizadas com o maior cuidado por arqueólogos especializados neste ramo, limitando-se mesmo assim, ao máximo as manipulações.

### **As Coleções de Material Arqueológico**

Os organismos oficialmente autorizados a realizar pesquisas, conservam as coleções assim obtidas em Museus onde são estudadas e parcialmente expostas. O material mineiro encontra-se essencialmente conservado, nas coleções do Museu Nacional do Rio de Janeiro (material das escavações de Lagoa Santa), na sede do Instituto de Arqueologia Brasileira, no Rio (Material do Vale do São Francisco e do Rio Grande) e no Museu de História Natural da UFMG, em Belo Horizonte, antigas coleções particulares, material do Centro Mineiro (Lagoa Santa, Cipó de Ibiá e da região Januária-Montalvânia).

Os decalques de 18 sítios da região de Lagoa Santa e de Montalvânia encontram-se depositados no Museu de l'Homme — Paris — onde estão sendo estudados e publicados em microfichas.

Existem no Estado outras coleções e museus particulares com objetos provenientes de escavações lícitas (anteriores à Lei de 1961) ou ilícitas (posteriores à Lei), de doação por parte dos camponeses que os encontram ao arar as terras ou da sua compra aos mesmos.

Esta última maneira de se conseguir peças é particularmente nociva, apesar de não ser precisamente ilegal, porque incentiva os camponeses a escavarem e destruírem os sítios para coletá-las e vendê-las, provocando a perda da quase totalidade do seu valor científico, uma vez retiradas do seu contexto. Por outra parte, incentiva a falsificação de peças, atividade já observada em coleções de São Paulo e de Minas Gerais e prejudica a doação de peças aos centros oficiais de pesquisa.

Convém lembrar que os possuidores de coleções arqueológicas não são seus “proprietários” mas, pela Lei, simples depositários de um patrimônio federal colocado, por enquanto, sob a responsabilidade dos mesmos.

As principais coleções particulares de que temos conhecimento, encontram-se na Lapinha (perto de Lagoa Santa), em Belo Horizonte, Sete Lagoas, Juiz de Fora, Lavras e Montes Claros.

### **Bibliografia Arqueológica de Minas Gerais**

Os principais trabalhos recentes sobre o Estado de Minas são publicados nos Arquivos do Museu de História Natural da UFMG; pelo “Journal de la Societé des Américanistes”; pelo “Institut d’Ethnologie do Musée de l’Homme” e a “École des Hautes Etudes et Sciences Sociales” (Paris); pelo Museu Goeldi (Relatórios do PRONAPA nº 4 e 5), Belém; pelo Boletim do IAB (Rio de Janeiro) e a Revista *Pesquisas* nº 31 (São Leopoldo). Existem vários artigos para o grande público, que foram divulgados nos últimos anos em Manchete, Veja, Geografia Universal, “Connaissance des Arts” (Paris), enquanto que o Setor de Arqueologia da UFMG organizou várias exposições e realizou um filme de 16 mm sobre o assunto. Uma exposição realizada em convênio com o IPH-USP conseguiu grande divulgação.

### **Conservação dos Sítios**

A conservação de um sítio pode ser dificilmente avaliada em poucas palavras, e portanto, achamos melhor apresentar um quadro geral dos problemas de preservação:

### Os Abrigos Sob Rocha ou “Sítios Fechados”

Nos abrigos sob rocha, estão reunidas normalmente as melhores condições para escavações, quando existe sedimentação. Com efeito, o sedimento recobre os vestígios, conservando as estruturas intactas, enquanto o microambiente geralmente seco permite a conservação de materiais perecíveis em ambiente úmido ou ácido. Os sítios abrigados devem, portanto, ser preservados em prioridade, não porque tenham sido os sítios de ocupação mais importantes durante a pré-história, mas porque eles conservaram elementos particularmente difíceis de serem encontrados alhures. Por outro lado, o sedimento dos abrigos não é aproveitado pela agricultura, o que o preserva das perturbações consecutivas das técnicas de preparação do solo (arado, por ex.).

No entanto, os abrigos são expostos a outros perigos: à extração das pedras para construções, particularmente para fazer cal (no caso das regiões calcáreas), provocam a destruição das paredes e do piso arqueológico, etc. Em consequência, as zonas de extração mineral são também as de maior destruição dos sítios abrigados. Desde o século XVIII, o próprio sedimento era perturbado para extração de salitre, mais tarde pela procura, nem sempre bem feita, de fósseis animais e finalmente, pelos “curiosos” de antiguidades à procura de objetos arqueológicos que, incapazes de estudá-los em seu contexto, provocam a quase inutilização científica das peças retiradas. Podemos, portanto, considerar que os abrigos são os lugares onde há as melhores condições de preservação natural, mas que também são particularmente expostos à depredação humana.

Muitos dos paredões foram, no Estado de Minas Gerais, decorados com pinturas e gravuras rupestres. Os processos de depredação destes vestígios, os únicos que foram *conscientemente* deixados pelos homens pré-históricos, são numerosos. Sua descrição será encontrada no artigo de P. Junqueira (1981 — catálogo da exposição).

### Os Sítios Abertos

Os sítios abertos são encontrados, sejam nas elevações, sejam em regiões baixas, geralmente várzeas e terraços. No primeiro caso, são frequentemente erodidos por processos naturais e às vezes amplificados pelos desmatamentos. Os arqueólogos se limitam, neste caso, a coletar os objetos espalhados na superfície, sem poder, na maioria dos casos, estudar as estruturas nem o paleo-ambiente ou obter datações.

Os sítios não erodidos, normalmente por se encontrarem em zonas mais baixas, podem ser ainda total ou parcialmente cobertos por sedimentos, o que os torna propícios para escavações. Infelizmente, sua localização é muito mais difícil devido a multiplicidade dos lugares favoráveis à ocupação humana. Estes sítios são geralmente reconhecidos somente quando já destruídos ou em processos de destruição, como é o

caso de objetos que aparecem após a passagem do arado, que quebrou e trouxe até a superfície, vestígios como cacos de cerâmica. Mas ocorre também a erosão lateral de um sítio por um rio, aparecendo em corte a camada arqueológica ainda em estratigrafia. O mesmo fenômeno é observado no corte de estradas, e vestígios podem aparecer na oportunidade de qualquer furo praticado para construir um edifício ou tirar barro numa olaria, por exemplo.

Se disponível e avisado em tempo, o arqueólogo pode estudar as partes ainda não tocadas dos sítios que o acaso revelou. Mesmo quando o arado parece haver passado na totalidade de um sítio, pode ainda haver condições de se fazerem trabalhos compensatórios, como evidencia uma experiência cujos resultados estão ainda em fase de análises, realizada em 1980, pelo Setor de Arqueologia da UFMG, em Ibiá.

Dentro dos sítios abertos, as chamadas "*casas subterrâneas*", ainda muito mal conhecidas, formam um caso à parte. Muitas vezes, são entupidas pelos camponeses por formarem repressões prejudiciais ao trabalho do arado.

No entanto, a camada de ocupação, muito baixa, pode continuar intacta, sob o entulho moderno podendo ser estudada mais tarde. Mas é claro, a localização dos sítios e a estrutura geral das unidades ficarão evidentemente muito difíceis de serem localizadas.

De uma maneira geral verificamos que, muito mais que o tempo ou que os processos erosivos naturais, é a atuação humana o maior agente destrutivo, estando mais expostos os sítios localizados em zonas de extração mineral, perto das cidades devido ao turismo "selvagem" ou a ação dos colecionadores não esclarecidos, sob abrigos (caçadores de tesouros), enquanto que a passagem do arado foi provavelmente o agente destruidor mais eficiente nos últimos anos.

### Sugestões para uma Política Conservacionista

Sem dúvida, o documento base é a Lei de 1961. Infelizmente, sua aplicação se torna muito difícil, já que a falta de órgãos de pesquisa para o levantamento do acervo arqueológico e, para eventual exploração científica, permitindo posterior liberação das áreas destinadas à exploração econômica, provoca conflitos de interesses sendo que o cultural e o científico quase sempre perdem no confronto com o econômico.

Em conseqüência, fazemos as seguintes sugestões:

— Formação de grupos especializados em prospecção arqueológica, que deveriam ser consultados antes de qualquer concessão de autorização de pesquisa de lavra mineral, tendo um prazo para opinar, e ainda um direito de fiscalização posterior das obras, já que os sítios não encontrados durante a prospecção podem ser revelados durante os trabalhos extrativos. Havendo ocorrências arqueológicas, seriam realizados convênios, seja para isolamento dos pontos de interesse arqueológico, seja



para pesquisas de salvamento, antes da liberação da área. Havendo uma política concreta neste sentido, é certo que os empresários não considerariam os arqueólogos indivíduos perigosos, nem os sítios obstáculos. Eles poderiam sim, colaborar, vendo a possibilidade de se combinarem os interesses, financiando pesquisas que liberariam áreas ou recebendo uma compensação em caso de interdição definitiva de determinado local.

No estágio atual, o único setor de pesquisas instalado em Minas (na UFMG) se encontra, por falta de pessoal, totalmente incapacitado de atender a demanda que seria de se esperar no esquema sugerido.

Seria necessário que a própria Universidade ou Entidades, de preferência estaduais sob a supervisão científica da UFMG ou de outros órgãos, com pesquisadores competentes, contassem com verbas específicas para a formação e manutenção de equipes de salvamento.

Como não se deve esperar que o número de arqueólogos no Estado seja suficiente, mesmo a longo prazo, para completar as tarefas de levantamento de áreas, acreditamos que, como acontece nos países europeus, a participação de amadores com uma formação mínima e sob a supervisão de arqueólogos profissionais possa oferecer uma ajuda fundamental. A existência de correspondentes locais (médicos, padres, professores, advogados etc.) em cada região, assistidos por estudantes, escoteiros, etc., permitiria organizar campanhas de conscientização da população e centralizar informações sobre ocorrências dentro de um ou vários Municípios; estas seriam comunicadas aos cientistas e ao SPHAN. Os estudantes ou outros amadores poderiam ainda auxiliar os pesquisadores profissionais durante as tarefas de salvamento. Estes amadores se agrupariam dentro de uma ou de várias sociedades do tipo do atual CPG (estudantes da UFMG em geral), ou da mal sucedida Sociedade de Paleontologia e Pré-História (SPP) de Minas Gerais, que poderia, talvez ser renovada, pois seu sucesso momentâneo mostrou que sua criação respondia a uma ansiedade da população de participar da conservação do patrimônio arqueológico estadual.

Parece-nos judicioso propor:

Uma Lei Estadual proibindo a venda e compra de material arqueológico — costume absurdo —, já que estes objetos pertencem à União. Os colecionadores deveriam ser informados de que os objetos que conservam estão apenas sob a sua responsabilidade. Um cadastramento das coleções deveria ser feito paralelamente ao dos sítios. Esta atividade vem, inclusive, sendo realizada na medida do possível, pelo Setor de Arqueologia da UFMG. Os atuais colecionadores poderiam, em boa parte, ser transformados em colaboradores, uma vez vencidos os mal entendidos que costumam dificultar as relações entre “profissionais” e “amadores”.

Uma Lei Estadual complementar ou Decretos, complementariam a Lei Federal, regulamentando a proteção efetiva dos sítios, estabelecendo, eventualmente áreas protegidas (reservas naturais) como já aconteceu em outros Estados como o Piauí, São Paulo, etc., com um corpo de fiscais-guias.

Uma atuação conjunta dos órgãos estaduais e federais interessados na proteção dos sítios ou ligados à exploração turística e econômica da natureza: SPHAN, UFMG, CETEC, COPAM, IEPHA, DNPM, Hidrominas.

Lembramos que uma primeira tentativa neste sentido foi feita quando se reuniu o grupo de trabalho, instituído pela portaria interministerial nº 095 de 18/10/1977. Além disto, uma série de documentos com propostas para a formação de Banco de Dados, e associações de apoio, foram elaboradas por nós em 1976/1977.

## BIBLIOGRAFIA SOBRE ARQUEOLOGIA DE MINAS GERAIS

(Os números indicados são os da bibliografia geral)

0021, 0041, 0042, 0042, 0043, 0045, 0046, 0049, 0050, 0074, 0083, 0084,  
0085, 0086, 0087, 0089, 0093, 0107, 0109, 0128, 0287, 0311, 0313, 0315,  
0353, 0354, 0355, 0360, 0364, 0365, 0366, 0367, 0368, 0369, 0371, 0381,  
0449, 0450, 0451, 0452, 0487, 0488, 0489, 0490, 0491, 0493, 0494, 0504,  
0519, 0527, 0528, 0531, 0532, 0544, 0545, 0549, 0552, 0565, 0568, 0569,  
0570, 0571, 0574, 0575, 0578, 0581, 0584, 0585, 0586, 0588, 0612, 0614,  
0625, 0627, 0656, 0661, 0737, 0738, 0749, 0772, 0773, 0774, 0777, 0778,  
0782, 0807, 0811, 0813, 0814, 0817, 0820, 0821, 0838, 0841, 0851, 0852,  
0854, 0855, 0856, 0857, 0859, 0869, 0911, 0929, 0930, 0932, 0934, 0935,  
0973, 0992, 1005, 1008, 1009, 1010, 1024, 1048, 1051, 1052, 1053, 1054,  
1055, 1056, 1057, 1058, 1060, 1062, 1063, 1064, 1065, 1067, 1068, 1084,  
1102, 1107, 1109, 1125, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1185, 1186, 1190,  
1269, 1270, 1271, 1282, 1283, 1289, 1327, 1334, 1339, 1341, 1342, 1344,  
1408, 1409, 1422, 1423, 1424, 1444, 1447, 1462, 1467, 1468, 1469, 1471,  
1472, 1473, 1474, 1475, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484,  
1487, 1491, 1492, 1493, 1494, 1520, 1523, 1524, 1525, 1526, 1529, 1530,  
1531, 1532, 1533, 1534, 1578, 1581, 1638, 1660, 1661, 1665, 1768, 1796,  
1797, 1799, 1800, 1826, 1853, 1856, 1858, 1859, 1889, 1902, 1903, 1904,  
1905, 1906, 1972, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1994, 1995, 2002, 2013.